

O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SISTEMA JUDICIÁRIO UMA ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES ÉTICAS E LEGAIS

Rayane Caminhas Ferreira

UNA

Direito, Aimorés,

fabio.guimaraes@animaeducacao.com.br



Introdução

Nas últimas décadas, a Inteligência Artificial emergiu como uma ferramenta revolucionária em diversos setores, incluindo o Judiciário. Suas aplicações prometem transformar processos judiciais, oferecendo maior celeridade e acessibilidade, mas levantam questões éticas e legais. Este trabalho tem como objetivo analisar criticamente os impactos da IA no Judiciário, investigando tanto suas contribuições quanto os desafios apresentados. Destacam-se questões como a necessidade de transparência algorítmica, equidade nas decisões e a proteção dos dados pessoais.

Objetivos

Este trabalho tem como objetivo analisar o impacto da Inteligência Artificial no sistema judiciário, investigando suas aplicações práticas, como automação de documentos e análise preditiva, e os desafios éticos e jurídicos, como vieses, transparência e proteção de dados. Além disso, busca propor diretrizes para o uso responsável da tecnologia, contribuindo para políticas públicas que assegurem a equidade e o respeito aos direitos fundamentais no contexto jurídico.

Metodologia

A pesquisa se baseia em uma abordagem qualitativa e descritiva, utilizando análise bibliográfica e documental para explorar o tema. Foram coletados dados de artigos acadêmicos, legislações, tratados internacionais e casos práticos de uso da IA no Judiciário. A metodologia incluiu uma revisão de literatura sobre conceitos de AI, estudos de caso de aplicação prática e análise crítica das implicações éticas e legais associadas ao uso dessa tecnologia no sistema judicicia

Resultados

A pesquisa mostrou que a Inteligência Artificial pode aumentar a eficiência e o acesso à justiça no Judiciário, mas também apresenta desafios, como vieses algorítmicos, falta de transparência e riscos à proteção de dados. Destaca-se a necessidade de regulamentações e auditorias para garantir o uso ético da tecnologia, respeitando os direitos fundamentais. Abaixo um gráfico com o levantamento do CNJ, através do Programa Justiça 4.0, quanto ao uso da IA no Judiciário Brasileiro, divulgado em Junho de 2024

Conclusões

O estudo conclui que a Inteligência Artificial oferece benefícios significativos ao sistema judiciário, como maior eficiência e acessibilidade, mas apresenta desafios éticos e jurídicos que exigem regulamentações claras, combate a vieses e transparência. Recomenda-se um uso responsável e ético da tecnologia, com políticas públicas e capacitação para garantir equidade, justiça e respeito aos direitos fundamentais.

Bibliografia

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Relatório de Inteligência Artificial no Judiciário Brasileiro. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 5 nov. 2024.
VERÍSSIMO, M. S.; OLIVEIRA, L. F. Implicações éticas e legais da Inteligência Artificial no Sistema Judiciário Brasileiro. Anais do Congresso Nacional de Direito, v. 10, n. 3, p. 112-129, 2018.